

## Workshop – Contribuições para o avanço de uma política nacional de rastreabilidade e transparência

---

**Data** 03 e 04 de Outubro de 2023, das 09h às 18h

---

**Local** Impact Hub Brasília, DF

---

### RESUMO EXECUTIVO

Em outubro a [Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura](#) realizou o Workshop – Contribuições para o avanço de uma política nacional de rastreabilidade e transparência. O evento foi organizado em parceria com a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne - [Abiec](#), a Mesa Brasileira da Pecuária Sustentável – [MPBS](#), Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais – [Abiove](#), [Programa Boi na Linha](#), Grupo de Trabalho dos Fornecedores Indiretos - [GTFI](#) e Proforest, que facilitou o evento.

Este workshop é continuação de uma série de encontros que ocorreram em 2022 e 2023, onde foi identificada a necessidade de as diversas organizações que atuam no setor da pecuária e da soja, e que organizaram este evento, se unir para a definição de uma Política pública para o monitoramento, rastreabilidade e transparência nas cadeias da carne e da soja no Brasil. No evento, 61 participantes presenciais e 40 participantes remotos do terceiro setor (30,1%), da academia (5,4%), do setor privado (entre associações do setor privado e dos produtores, empresas de gado e soja)(32,3%), do setor financeiro (5,4%) e representantes da cooperação internacional (10,8%) identificaram e discutiram os elementos chave para uma política de rastreabilidade & transparência, as soluções de rastreabilidade existentes, os consensos sobre a viabilidade e desafios de implementação.

Foram discutidas as soluções mapeadas para o setor da soja e identificado que a inserção do CAR na Nota Fiscal e a definição de uma Inscrição Estadual por fazenda são propostas não excludentes e consideradas interessantes para aprofundar entendimento da viabilidade e desafios de implementação. Para a pecuária, foram discutidas as propostas de rastreabilidade em lote, conduzida pelo setor privado como uma solução de curto prazo, em que o CAR deve ser inserido na GTA, e a proposta de rastreabilidade individual, liderada pela MBPS, para ser a contribuição para a Política Nacional de rastreabilidade do governo federal, considerada uma solução de longo prazo.

Para os dois setores, soja e pecuária, foi identificada a necessidade de um Sistema Único de Identificação do Território, para unificar a informações territoriais nas diversas bases do governo (CAR, INCRA, OESAs, RFB) e facilitar a identificação da propriedade de origem da produção da soja e do gado. Foi reforçada também a importância de um sistema público que dê transparência à conformidade legal da propriedade rural. Com base nessas informações, o setor privado avalia critérios adicionais, conforme protocolos privados (ex. para atendimento às exigências da União Europeia).

Por fim, foram discutidos os incentivos financeiros e não financeiros que podem ser estruturados por entes públicos e privados, e um fundo para incentivar a rastreabilidade e regularização dos produtores rurais.

As discussões apontam para a complexidade da implementação da rastreabilidade na produção de carne e da soja, destacando desafios relacionados à resistência de diversos atores, à necessidade de incentivos

e penalidades, à adaptação de sistemas, à operacionalização e à integração de informações. O envolvimento multisetorial entre setor privado, governo, sociedade civil e instituições de pesquisa é fundamental para avançar nesse processo. A discussão culmina na importância de uma governança multinível eficiente, que envolva órgãos federais, estaduais e municipais, bem como a necessidade de diálogo entre o Brasil e a União Europeia e outros organismos internacionais, para avançar em pontos críticos.

**Regra Chatham House:** O evento foi realizado sob as regras da Chatham House para promover discussões francas entre os participantes. Os participantes poderão utilizar as informações e ideias ouvidas e recebidas, mas nem a identidade nem a afiliação das fontes poderão ser reveladas.



Soja



Pecuária - lote



Pecuária individual



Incentivos econômicos



GTs



Painel

## OBJETIVOS

1. Apresentar elementos chave para uma política de Rastreabilidade & Transparência
2. Apresentar o mapeamento de soluções de rastreabilidade já implementadas pelo setor privado, academia e terceiro setor, e validá-los
3. Identificar e validar consensos e lacunas
4. Explorar próximos passos e estratégia para apoiar a implementação da política de Rastreabilidade & Transparência

## PRINCIPAIS DISCUSSÕES E RESULTADOS DO WORKSHOP

O workshop foi organizado em 4 sessões: soja, pecuária (rastreabilidade por lote), pecuária (rastreabilidade individual), incentivos econômicos e etapas de implementação. A seguir serão apresentados os principais resultados de cada sessão e que serão encaminhadas pelos organizadores do evento.

Em anexo são apresentados os principais comentários dos participantes (Anexo 1), as perguntas das sessões de Perguntas e Respostas (Anexo 2) e as perguntas e respostas das enquetes que foram feitas nas sessões de carne (para rastreabilidade em lote e individual) (Anexo 3).

### 1. Sessão 1 - Soja

A Abiove apresentou sobre o **“Controle na originação e rastreabilidade da soja - soluções existentes e gargalos de implementação”**. A Olab consultoria apresentou as **“Recomendações para políticas públicas voltadas ao aprimoramento da rastreabilidade e da transparência no setor da soja no Brasil”**.

Os detalhes das apresentações podem ser encontrados nas apresentações anexas, mas em suma, as soluções apresentadas foram:

- Aprimorar o sistema atual, vinculando a fazenda ao volume recebido:
  - ◆ Inclusão CAR na Nota Fiscal
  - ◆ Inscrição Estadual no nível da fazenda
- Criar uma plataforma única do governo: alinhamento cadeia da carne e outras
- Blockchain - contratos inteligentes
- Rastreabilidade por QR Code

As perguntas feitas pelos participantes aos apresentadores no Q&A estão disponíveis no Anexo 2.

Na sequência, os participantes foram convidados a debater as soluções apresentadas para avançar com a agenda de transparência e rastreabilidade no Brasil, avaliar se outras devem ser consideradas, a prioridade e os potenciais obstáculos para implementar as soluções. Os principais pontos discutidos são apresentados a seguir (os comentários completos estão apresentados no Anexo 1).

### Soluções:

1. As soluções ‘CAR na Nota Fiscal’ e ‘Inscrição estadual por fazenda’ são soluções não excludentes e consideradas interessantes para aprofundar entendimento da viabilidade e desafios de implementação. Ainda que haja uma preferência do setor pela Nota Fiscal.

2. Soluções como o uso de QR Codes e blockchain foram consideradas não prioritárias - neste momento e neste escopo.
3. Criar uma plataforma única do governo com alinhamento com a cadeia da carne e de outras commodities

#### Pontos críticos

4. Foi sugerido criar um identificador único de território para facilitar a identificação da propriedade na emissão de notas fiscais na comercialização de produtos como soja.
5. Importante ter o monitoramento de conformidade por fazenda pelo governo (legalidade) e setor privado avalia critérios adicionais.
6. Ressaltada a importância de garantir transparência de dados pelo governo. A integridade e validações das informações ao longo da cadeia de produção, e a necessidade de melhorar o cadastro ambiental rural (CAR) para lidar com questões de regularização fundiária.
7. Devem ser estabelecidos mecanismos de incentivos atrelados a essas soluções com fundos para rastreabilidade apoiados por traders, doadores e compradores.

**Desafios principais:** o modelo de rastreabilidade por segregação, que tem alto custo ou por balanço de massa possuem a limitação de chegarem somente ao indireto nível 1.

**Atores a serem engajados:** Serpro; MAPA; SDI; MGI/Dataprev; RFB; Associação de produtores; FPA.

#### Questões em aberto:

- O monitoramento deve ser em escala até a fazenda ou deve ser utilizada uma abordagem de risco no qual o nível de rastreabilidade desejado é determinado pelo nível de risco da região produtora, e que inclua o risco de triangulação e inclusão de riscos sociais?
- Como garantir e gerir a informação ao longo dos links da cadeia (por contratos privados ou sistema público com certidão negativa para a rastreabilidade)?
- Falta um alinhamento setorial sobre a definição de indiretos: é no ponto de agregação (por exemplo, no silo) ou na propriedade?

## 2. Sessão 2 - Carne (rastreabilidade por lote)

O Imaflora apresentou sobre os “**Cré debates para garantia de compliance socioambiental - Experiência da iniciativa Boi na linha e elementos chave para um política nacional de rastreabilidade e transparência**”. Os convidados foram convidados a responder uma enquete se “*Essas soluções são as soluções para avançar com a agenda de rastreabilidade e monitoramento socioambiental no Brasil*” e 33 pessoas responderam 3,6, sendo discordo totalmente (nota 1) e concordo totalmente (nota 5).

O GTFI apresentou sobre a “**Implementação e soluções de curto prazo: Histórico e subsídios do GTFI**” e Agroicone apresentou sobre a “**Implementação e soluções de curto prazo - Cruzamento GTA e CAR**”. As perguntas feitas pelos participantes aos apresentadores no Q&A desta sessão estão disponíveis no Anexo 2.

Os convidados foram convidados a responder mais uma enquete: “*Estes são os principais desafios identificados para rastreabilidade em lote (CAR na GTA): 1. Convencimento do poder público; 2. Adaptação dos sistemas de defesa (CAR na GTA); 3. Compatibilização entre sistemas estaduais; 4. Resistência de produtores por risco de exclusão da cadeia. Está faltando algum desafio importante para a discussão hoje?*”. A partir da resposta da enquete, os participantes foram convidados a debater os

principais desafios para rastreabilidade em lote (CAR na GTA), conforme o resultado da enquete (Anexo 3). Os principais pontos discutidos são apresentados a seguir (os comentários completos estão apresentados no Anexo 1).

### Soluções:

1. Cruzamento da GTA com o CAR para melhor controle dos processos ambientais e sanitários segue válida, mas há a necessidade de diferenciação do risco ambiental e sanitário e uma etapa de verificação entre o cadastro da defesa e o cadastro ambiental para garantir a precisão das informações.
  - Estudos recomendados:
    - Avaliar o impacto da integração do CAR na GTA (a ser realizado pelo GT da MBPS).
    - Análise detalhada dos prós e contras, riscos e governança da integração do CAR na GTA, com dados concretos de embasamento (estudo da Agroicone cobre parte do escopo).
    - Analisar fragilidades do CAR, da e-GTA e do CAR na GTA e propor plano de ação (ex.: usar o sistema de transporte do caminhão como ponto de controle).
  - Sugerido o estabelecimento de mecanismos de incentivos atrelados a essas soluções: fundos público-privado para identificação individual, implementação de sistema operacional; apoio à regularização socioambiental e prêmio a produtores regulares.
2. Assim como na discussão sobre a soja, foi comentada a necessidade de um identificador único de território pelo governo, que unifique as informações da unidade de exploração.
3. Sugerido voltar a investir em um sistema único de PGA<sup>1</sup> com integração do sistema federal com o estadual.

### Desafios principais:

- Convencimento do Poder Público: necessidade de um ‘esforço de opinião’ para acelerar a mudança, envolvendo financiadores, produtores e frigoríficos. Sugestão: estudo de impacto para avaliar o prejuízo de seguir sem a rastreabilidade e o monitoramento do compliance na cadeia. Criar uma governança (autarquia/agência) no governo (MAPA e MMA) para administrar o tema.
- Resistência de Produtores por Risco de Exclusão: o motivo é o risco de serem excluídos da cadeia de produção. Sugestão: aumentar o acesso ao conhecimento sobre as implicações da exclusão e acesso a incentivos para a adequação socioambiental.
- Compatibilização entre Sistemas Estaduais: necessidade de integrar as bases de dados dos estados para garantir a compatibilidade e a validade dos documentos, como a GTA, em nível nacional. Sugestão: o MAPA deve assumir um papel de coordenação nesse processo.
- Adaptação dos sistemas de defesa (CAR na GTA): modificar sistemas dos estados para gerar relatórios anexos a GTA com a informação dos CAR dos indiretos. Já tem o campo do CAR/coordenada no sistema da defesa animal, falta ser obrigatório.

### Atores a serem engajados:

- Regulamentações: MAPA/Estados;
- Fiscalização e controle: MAPA/OESAs;
- Sistemas: SERPRO/OESAs

---

<sup>1</sup> Plataforma pública informatizada de integração de sistemas, com objetivo de melhorar a qualidade e o acesso às informações para toda a sociedade agropecuária

- Outros: MMA, produtores, União Europeia.

**Questões em aberto:** Como solucionar as limitações para uso da GTA (para fins sanitários e para análises socioambientais e o risco de superestimação dos riscos socioambientais)?

### 3. Sessão 3 - Carne (rastreadabilidade individual)

A MPBS apresentou sobre a “**Proposta da MBPS, sistema de rastreadabilidade individual**”. As perguntas feitas pelos participantes aos apresentadores no Q&A estão disponíveis no Anexo 2.

Os convidados foram convidados a responder a enquete: “*Estes são os principais desafios identificados para a rastreadabilidade individual: 1. Prazos 2. Adaptação dos sistemas de defesa (Sisbov e GTA) 3. Resistência política 4. Resistência de produtores por risco de exclusão da cadeia 5. Falta de incentivos para rastreadabilidade 6. Custos de implementação. Está faltando algum desafio importante para a discussão hoje?*”. A partir da resposta da enquete, os participantes foram convidados a debater os principais desafios para rastreadabilidade individual, conforme o resultado da enquete (Anexo 3). Os principais pontos discutidos são apresentados a seguir (os comentários completos estão apresentados no Anexo 1).

#### Soluções:

1. Rastreadabilidade Individual: necessidade de uma governança e plano de rastreadabilidade do MAPA (SDA e SDI), com prazos para publicação e implementação. Enfatizada a importância da integração de base de dados e informações socioambientais na base legal. Debatida a pressão necessária de organizações da sociedade civil, setor privado e mercado para avançar na rastreadabilidade individual.

#### Desafios principais:

- Adaptação de Sistemas de Defesa: obter maior apoio do setor privado, junto à Abiec, para mais colaboração.
- Resistência de Produtores: criar um ambiente de segurança e gradualismo, com penalidades para operacionalização e reconhecimento dos produtores adequadamente registrados. Importância da campanha, envolvendo o governo, CNA, Emater e outros.
- Incentivos e Penalidades: enfatizando o papel do governo, instrumentos legais, mercado e organizações de extensão rural.
  - i. Penalidades para a não emissão da GTA e benefícios para frigoríficos que seguem protocolos da União Europeia (EU).
  - ii. Incentivos como doação de brincos, isenções na taxa GTA, incentivos fiscais, financiamento de facilidades, venda de informações e incentivos para a gestão do negócio.
  - iii. Mecanismos para aumentar a oferta de crédito para produtores adequados, como *blinded finance*, e campanhas de desincentivo para punir quem está fora do sistema de rastreadabilidade.
- Custos e Prazos: revisão do processo de solicitação e entrega de brincos e destacada a necessidade de brete balanço. Necessidade de cooperação entre o MAPA, indústria, instituições financeiras, Ater, Senar e outras instituições para superar obstáculos operacionais.
- Monitoramento socioambiental na proposta de rastreadabilidade individual: MBPS incorpora a sugestão que seja o governo (MAPA) a garantir um compliance mínimo (legalidade) nas

transações, sem impedimento que protocolos privados voluntários deem garantias adicionais. Garantir acesso à informação da cadeia de custódia para fins de cumprimento de protocolos privados.

**Atores a serem engajados:** Governo (instrumentos legais), MAPA (investimento em sistemas para rastreabilidade Individual e sistema de compliance), SDI, SDA, Abiec e setor privado (mecanismo de incentivo e desincentivo), Conf. Nacional de Produtores, Emater, agência extensão rural, Embrapa; Produtores (adequação); OSC (sensibilização e engajamento); Senar; Sindicato; Instituições financeiras (financiar brinco, equipamentos, balança); MBPS; MPF, Serpro, OESAs, MMA.

#### Questões em aberto:

- Como endereçar o protocolo privado e a diferenciação do mercado, que é base da proposta, versus a ampla adoção por 100% da cadeia?
- Como colocar brinco nessa escala e nesse prazo?

#### 4. Sessão 4 - Incentivos

A Abiec, o Imazon e a Insper apresentaram suas perspectivas sobre a “**Implementação da política de rastreabilidade, elementos chave para destravar a agenda, consequências e incentivos**”. Na sequência, foi realizado um painel sobre o mesmo tema, moderado pelo Imaflora, com participação de representantes da Niceplanet, Acripará, CNA, ABAG e TNC. As perguntas feitas pelos participantes aos apresentadores no Q&A estão disponíveis no Anexo 2.

Os participantes foram convidados a debater os elementos chave para incentivar a adoção da rastreabilidade da soja e da carne e se há uma ordem de prioridade para esses elementos. Os principais pontos discutidos são apresentados a seguir (os comentários completos estão apresentados no Anexo 1).

1. Separar incentivos para rastreabilidade da cadeia da soja e pecuária pois são problemas incentivos e soluções diferentes.
  - Carne: incentivo desde a cria (além do indireto nível 1)
2. Apoio para regularização e diferenciação de produtores irregulares e em processo de regularização.
3. Compartilhar custos para massificar e viabilizar instrumentos de rastreabilidade e conformidade socioambiental.
  - Incentivos públicos:
    - o Política de incentivo (legislação)
    - o Incentivos financeiros: isenção fiscal, isenção do custo da GTA, maior carência, juros menores, linhas de créditos, adoção da rastreabilidade para incentivos do plano Safra
    - o Incentivos não financeiros: assistência técnica e lista positiva do governo.
  - Incentivos privados:
    - o Incentivos financeiros: prêmios dos protocolos e pela informação da gestão da propriedade, linhas de créditos diferenciadas, subsídio a pequenos produtores.
    - o Soja: fortalecer o Fiagro ou colocá-lo como alternativa de incentivo aos investidores.
  - Fundo público/ privado/ doação:

- o Propósito do fundo: Reinserção/assistência para produtor participando da rastreabilidade e apoio à regularização. Apoio ao pequeno produtor para brincar - ajudar a entrar no sistema.
- o Câmara de participação e é redistribuído ao longo da cadeia com quem contribuiu com a informação.
- o Composição de fundos: multas do TAC; Animais apreendidos; Fundos internacionais; Varejo; Lei do Bem; mecanismo de retroalimentação do fundo;
- o Governança: BNDES, governo e OSC.

**Questões em aberto:**

- O fundo se aplica ao Brasil inteiro ou por estados?



## CONCLUSÕES E PRÓXIMOS PASSOS

O Workshop realizado em outubro de 2023 representou um importante marco na busca por uma política nacional de rastreabilidade e transparência nas cadeias de carne e soja no Brasil. O evento foi organizado em parceria com diversas organizações, incluindo a Abiec, a MPBS, a Abiove, o Programa Boi na Linha, o GTFI e a Proforest, e reuniu uma ampla gama de participantes de diferentes setores, incluindo o terceiro setor, a academia, o setor privado e a cooperação internacional.

As discussões no workshop se concentraram em elementos-chave para uma política de rastreabilidade e transparência, soluções de rastreabilidade existentes e os desafios e viabilidade de implementação. Para a soja, foram discutidas propostas como a inclusão do CAR na Nota Fiscal e a definição de Inscrição Estadual por fazenda. Para a pecuária, foram abordadas propostas de rastreabilidade em lote e rastreabilidade individual. Além disso, a necessidade de um Sistema Único de Identificação do Território foi destacada para unificar informações territoriais e garantir a identificação da origem da produção.

Foi enfatizada a importância de um sistema público que dê transparência à conformidade legal das propriedades rurais, além de critérios adicionais de conformidade com protocolos privados, como os exigidos pela União Europeia. Também foram discutidos incentivos financeiros e não financeiros para apoiar a rastreabilidade e a regularização dos produtores rurais.

O workshop revelou a complexidade da implementação da rastreabilidade na produção de carne e soja, com desafios relacionados à resistência de diversos atores, à necessidade de incentivos e penalidades, à adaptação de sistemas e à integração de informações. Ficou claro que o envolvimento de múltiplos setores, incluindo o setor privado, o governo, a sociedade civil e instituições de pesquisa, é fundamental para avançar nesse processo. A governança multinível eficiente, envolvendo órgãos federais, estaduais e municipais, também foi destacada como fundamental, assim como o diálogo com organismos internacionais, como a União Europeia.

O evento seguiu as regras da Chatham House para promover discussões francas entre os participantes, garantindo a confidencialidade das fontes. As conclusões e as discussões realizadas durante o workshop fornecem uma base sólida para o avanço de uma política nacional de rastreabilidade e transparência nas cadeias de carne e soja no Brasil.

As questões em aberto sobre o fundo e a aplicação do fundo em nível estadual ou nacional são tópicos que merecem discussão adicional e análise cuidadosa para determinar o melhor caminho a seguir.

É fundamental continuar promovendo o engajamento de diversos setores, incluindo o setor privado, o governo, a sociedade civil, instituições de pesquisa e a cooperação internacional. O engajamento multisetorial é essencial para o sucesso da implementação da política.

## ANEXOS

### Anexo 1 – Principais comentários dos participantes

#### Sessão 1 - Soja

##### Soluções:

1. CAR na Nota fiscal:
  - O CAR na NF é a solução mais factível.
  - A solução funciona para fornecedores diretos e indiretos.
  - Não é apenas para a soja.
  - Depende de alinhamento com cada UF.
  - Contratos privados garantem o uso da informação, porém o estado controla a informação.
2. Inscrição estadual por fazenda
  - Solução mais demorada que CAR na NF.
  - A solução funciona para fornecedores diretos e indiretos.
  - Avaliar a solução de Inscrição Estadual da propriedade vinculada ao CNIR da Receita federal (Cadastro Nacional de Imóvel Rural)
3. Rastreabilidade por QR Code: QR Code e blockchain não é solução de rastreabilidade, é de informação. Ainda precisa da informação do CAR para a rastreabilidade (e monitoramento socioambiental).

##### Pontos críticos:

1. Identificador único de território:
  - Uma vantagem desta medida é que a Serpro é a responsável federal e não há necessidade de alinhamento nos estados.
  - Justificativas para a proposta: a Receita Federal tem um conceito de imóvel rural, enquanto o Incra trata os imóveis de forma mais individualizada, o que dificulta a agregação de informações.
  - Sugerido avaliar:
    - criar um campo na Inscrição Estadual para receber o identificador único de território.
    - utilizar o NIRF (Número do Imóvel Rural na Receita Federal) de cada imóvel atrelado ao CCIR (Certificado de Cadastro do Imóvel Rural) para conectar cada unidade de exploração, ao invés de depender de registros individuais.
    - utilizar identificador atrelado ao Incra, CAR e OESAs.
  - Definir a regra da emissão da NF, baseado em elegibilidade da IE:
    - 1ª fase - Tem indicador único na NF? OK emite.
    - 2ª fase – Livre de desmatamento? OK emite.
2. Monitoramento de conformidade por fazenda: governo (legalidade) + setor privado (adicional)
  - O governo disponibiliza a informação de conformidade das fazendas e a classificação para ser usada nas compras: autorizada; com pendência; não apta.
3. Melhorias e transparência nos sistemas de governo
  - Compliance socioambiental: O governo deve disponibilizar a informação de conformidade das propriedades.

- CAR com ASV: A ASV emitida pelas SEMAs (municipal e estadual) deve estar disponibilizada nos órgãos estaduais e abastecer o Sinaflor para dar transparência.
- PGA: sugerido fazer melhorias na PGA, para considerar toda a produção da propriedade no sistema de controle de produção.

#### 8. Desafios:

- Limitação destas soluções chegarem somente ao indireto nível 1, já que a NF não vem com informação retroativa dos indiretos.
- Identificador único de território com INCRA ainda não processados e não georreferenciados e CARs ainda não processados.
- Modelos de rastreabilidade: segregação (tem alto custo); balanço de massa.
- Questão tributária; Arrendamentos; Falta de integração nos entes públicos em diferentes níveis; Engajamento do produtor.

### Sessão 2 – Carne (rastreabilidade por lote)

#### Solução - Combinação da GTA com o CAR:

- Na proposta da Abiec de transparência de dados, o governo dá acesso aos bancos de dados para monitoramento da indústria.
  - Necessidade de diferenciação do risco ambiental e sanitário.
  - Importância de uma etapa de verificação entre o cadastro da defesa e o cadastro ambiental para garantir a precisão das informações.
  - Sugerido inverter a solução da Agroicone que traz todos os CARs na GTA. Sugerido que traga todas as GTAs, sem trazer os CARs.
1. Sugerido o estabelecimento de mecanismos de incentivos atrelados a soluções de rastreabilidade por lote.
    - Fundo público-privado para identificação individual, implementação de sistema operacional, apoio à regularização socioambiental e prêmio a produtores regulares.
    - Incentivo tributário para o frigorífico, criando uma vantagem para o produtor querer se regularizar e demonstrar que está em compliance.
    - Fornecer assistência técnica para criar cultura e necessidade de regularização pelo produtor.
    - Garantir incentivos desde a cria, onde inicia o processo de rastreabilidade.

#### Outros pontos relevantes:

2. Identificador único de território:
  - A solução de Identificador único de território é promissora e precisa ser mais bem explorada.
    - O Identificador único de território não tem o objetivo de rastreabilidade. É uma solução se houver acesso irrestrito às GTAs, incluindo dos indiretos. Essa solução resolve o problema de diferenciação ambiental e sanitária e a barreira do órgão sanitário de compartilhar dados.
  - Continuar usando a GTA para rastreabilidade, porém colocar o CAR no identificador único de território (na unidade de exploração).
3. PGA:
  - Sugerido voltar a investir em um sistema único de PGA, refazendo a PGA com integração do sistema federal com o estadual com usos de um sistema único de sanidade animal.

- Precisa ter uma regra e modelo de fomento para o uso da integração que já existe e para que essa integração ocorra na União. Essa questão entra no cerne de integração no sistema de governo e definição de governança.

#### Desafios – sugestões de como endereçar:

1. Convencimento do poder público (MAPA, SFB, Ministério da Gestão e Inovação):
  - Advocacy: Aumentar a pressão sobre solução no MAPA para rastreabilidade em lote (associações, bancos, produtores, Coalizão).
  - Estudos: Definir proposta técnica que enderece a diferenciação dos riscos sanitários e ambientais (MAPA).
  - Criar uma governança (autarquia/agência) no governo (MAPA e MMA) para administrar o tema
  - Regulamentar no MAPA e estados as boas práticas.
  - Conseguir via MAPA ou estados a obrigação de se ter CAR no cadastro da defesa agropecuária
  - Maior comando e controle
2. Resistência de produtores por risco de exclusão da cadeia.
  - Definir o fluxo temporal sobre a contaminação na cadeia.
  - Aumentar acesso ao conhecimento sobre as implicações da exclusão e a importância de incentivos para a adequação socioambiental.
  - Ter clareza sobre a consequência ao produtor quando o indireto tem problema.
  - Criar a perspectiva de que o problema do produtor vai ser resolvido.
3. Compatibilização entre Sistemas Estaduais:
  - necessidade de integrar as bases de dados dos estados para garantir a compatibilidade e a validade dos documentos, como a GTA, em nível nacional. O MAPA deve assumir um papel de coordenação nesse processo.
4. Adaptação dos sistemas de defesa (CAR na GTA)
  - Modificar sistemas dos estados para gerar relatórios anexos a GTA com a informação dos CAR dos indiretos.
    - Já tem o campo do CAR no sistema da defesa animal: tornar obrigatória a inclusão do campo (por filtros para emitir com os campos desejados - coordenadas ou CAR).
    - Criar uma etapa de verificação entre o cadastro da defesa e o cadastro ambiental para saber se aquela produção está saindo daquela unidade.
  - Prover apoio técnico para os órgãos de defesa estaduais entrarem no mesmo patamar.
5. Outros: avançar com a validação do CAR.

#### Sessão 3 – Carne (rastreabilidade individual)

**Solução - Sisbov 2.0:** SDA digital sendo desenvolvida pelo Serpro, que envolve Sisbov e e-GTA.

- A Abiec está financiando o Sisbov 2.0 e CNA é gestora protocolos aprovados MAPA
- Há definição do MAPA sobre implementação imediata do sistema para já ter rastreabilidade individual. Porém, há necessidade de criação de governança pelo governo para gestão de dados e categorização do território (sobre o que é ilegal - separar: ilegal; irregular; pendente/em transição e regular). Plano de implantação:
  - Publicação do plano de rastreabilidade do MAPA
  - Definição da Governança

- o Decreto
- o Movimentação da CNA para engajamento dos produtores e linhas de crédito.
- O sistema de compliance do governo não deve ser condicionante para o plano de implantação da rastreabilidade individual.

#### **Desafios – sugestões de como endereçar:**

1. **Resistência política e engajamento no governo** (federal e estadual): a resistência está menor do que a gente imaginaria.
2. **Adaptação dos sistemas de defesa e regulamentação** (Sisbov; GTA; INs, lei da rastreabilidade): ter maior apoio do setor privado, junto à Abiec para mais colaboração.
3. **Resistência de produtores** (por risco de exclusão da cadeia; falta da cultura da rastreabilidade; percepção de Sisbov ser igual à EU)
  - Estabelecer um processo gradativo de rastreabilidade e penalidades para apoio para regularização.
  - Melhorar a comunicação sobre o tema e divulgar casos de benchmark;
  - Campanha de sensibilização de produtores sobre a importância de se adequar (foco na cria e recria)
  - Reconhecer os produtores adequados.
  - Fomentar a extensão rural, educação técnica agrícola/pesquisa de desenvolvimento sobre o tema.
  - CNA – assim que tiver um posicionamento oficial, faria uma comunicação com os produtores, Senar e sindicatos
4. **Falta de incentivos e penalidade para rastreabilidade individual** (principalmente na cria)
  - Separação entre penalidade pela não adoção da rastreabilidade sanitária e incentivos para monitoramento socioambiental.
  - Separação dos incentivos para governança da rastreabilidade individual e incentivo para as questões socioambientais.
  - Incentivos diferentes para produtores regulares e irregulares. Entender e ouvir dos produtores o que é incentivo.
  - Estabelecer instrumento legal (nacional e estaduais) das penalidades e os incentivos para rastreabilidade para quem está irregular.
  - **Incentivos**
    - o Criar benefícios frigoríficos ao produtor para protocolo EU.
    - o Doar brinco 1o ano; incentivo fiscal e crédito; isenção na taxa GTA; capacidade técnica; financiamento para facilitação da estrutura (ex. balança); prêmio pela informação; Incentivos para gestão do negócio.
    - o Incentivo de crédito de carbono e PSA como ferramenta de motivação para adequação.
    - o Aumentar oferta de crédito de *blinded finance* (usar o fundo para compensar o produtor adequado)
  - **Penalidades**
    - o Penalidade pela não emissão GTA.
    - o Mecanismo de mercado que desincentiva os que não se adequarem ao sistema de rastreabilidade.
5. **Custos e prazos de implementação** (disponibilidade de insumos/brincos)
  - Precisa revisar o processo de solicitação e entrega dos brincos. Há disponibilidade, porém, precisa avaliar a tempestividade para adesão. Produzir brinco não é o limitante. Precisa de brete balança, que será um obstáculo operacional.

- Estruturar um plano para a governança do MAPA, quanto a gestão e fluxos logísticos dos brincos, códigos e crédito para as revendas terem brincos disponíveis em estoque.

#### 6. Monitoramento socioambiental na proposta de rastreabilidade individual

- MPBS incorporar a sugestão que seja o governo (MAPA) a garantir um compliance mínimo (legalidade) nas transações, sem impedimento que protocolos privados voluntários deem garantias adicionais.
- Precisa de integração de base de dados (cadastro da unidade de exploração, identificação individual e bases socioambientais). Usar farol com alerta para irregularidade que não é embargo.
- Garantir acesso à informação da cadeia de custódia para fins de cumprimento de protocolos privados.
- Engajar os produtores para adequação é positivo e diminuir resistência. Definir prazos e regras claras para reinserção e punição.
- Pressão da OSC, setor privado, coop. Internacional, mercados

### Sessão 4 – Incentivos

#### 1. Incentivos públicos:

- Uma política de incentivo que vá além dos incentivos privados vai dar escala à rastreabilidade.
  - Legislação é base para acordos de cada setor e define finalidade específica (Congresso Nacional)
  - Hoje há falta de regras e clareza sobre responsabilidade pelo monitoramento, prazos, e como fazer.
- Incentivo financeiro
  - Isenção fiscal
  - Carência maior
  - Juros menores: boas práticas para adotar a rastreabilidade para ter o crédito mais baixo. (MAPA com secretaria de política agrícola).
  - Adequação do Manual de crédito rural do Bacen. Incluir linha de crédito específica para regularização ambiental no MAPA.
  - Adoção de rastreabilidade como incentivo no âmbito do plano safra (MAPA)
  - Pecuária: GTA + brincos pode ter isenção no custo da emissão da GTA (OESA e MAPA);
- Incentivo não financeiro
  - Assistência técnica (CNA, SENAR, Ematers)
  - Lista positiva publicada pelo governo reconhecendo os produtores, que pode ser verificada por terceiros (MAPA; MMA)

#### 2. Incentivos privados:

- Incentivos financeiros
  - Prêmios dos protocolos
  - Informação do produtor sobre a gestão da propriedade
  - Banco privado – linha de crédito diferenciado para adesão de grupos
  - Pecuária: Incentivo específico para adesão e prêmio para animal conforme no abate
  - Pequenos produtores subsidiados para brinco e outros problemas para melhorar processo

- o Soja: Fiagro compra áreas degradadas, restaura e vende a propriedade com maior rentabilidade. Fortalecer o Fiagro ou colocá-lo como alternativa de incentivo para que os investidores foquem nisso. Os fornecedores indiretos querem investir e ganhar maturidade na própria cadeia, antes de transmitir essa informação adiante (querem atingir maturidade para 2025)

### 3. Fundos

#### *Pecuária*

- Propósito do fundo:
  - o Reinserção/assistência para apoiar regularização do CAR, Prodes e inconformidades.
  - o Assistência técnica produtiva e incentivo direto para o produtor participando da rastreabilidade.
  - o O fundo é uma câmara de participação e é redistribuído ao longo da cadeia com quem contribuiu com a informação.
  - o Apoio ao pequeno produtor para brincar - ajudar a entrar no sistema.
- O fundo pode começar com dinheiro de doação, mas quem é interessado em acessar a informação, realimenta o fundo: público; privado; doação.
- Composição de fundos: multas do TAC; Animais apreendidos; Fundos internacionais (ex. Amazônia); Varejo; Lei do Bem (para frigoríficos); mecanismo de retroalimentação do fundo;
- Governança: BNDES, governo e OSC, no mesmo modelo do fundo Amazônia.

**Soja:** um fundo com aporte de costumers, empresas e governos locais e estrangeiros, suficiente para bancar o excedente de RL, considerando riscos e garantias.

#### 4. Outros

- Inovação (tecnologia e modelos de gestão) com estudos de caso e aumento de escala.
- Incentivos para o setor: reputação; acesso a mercados (não financeiro).

## Anexo 2 - Perguntas e respostas das apresentações

### Apresentações Soja – Abiove e Olab

1. CAR na NF ou uma IE por fazenda, já foi avaliado o impacto em lei do ICMS estadual? No MT, por exemplo, a lei estabelece IE centralizadora por município, e isso atrapalha a rastreabilidade.
2. Criar um standard de exigência de rastreabilidade diferente dependendo do nível de risco cria um leakage de desmatamento inclusive para áreas consolidadas onde riscos para biodiversidade são maiores.
3. James, vejo limitações para abordagem de risco para o monitoramento de questões sociais. Vocês exploraram este tema?
4. Bernardo, pensando que o período de implantação da EUDR é até 30 de dezembro de 2024, o prazo esperado dessa frente de rastreabilidade com o governo atenderia o setor?
5. Na interface entre rastreabilidade e questões sociais os custos de rastreabilidade para o produtor podem causar uma expulsão do mercado dos produtos pequenos em relação aos mais grandes?

6. O setor de transporte está envolvido nessa pauta governamental de atendimento a EUDR? Pensando nos terminais portuários e de transbordo, que são um gargalo gigante na segregação em escala.
7. A não inclusão de áreas não florestais na EUDR pode resultar numa reorganização da cadeia entre áreas consolidadas (destino para EU) e outros mercados
8. Bernardo e James, entendo que a solução da SDI via QR por container ainda exige a vinculação do CAR a NF ou outro doc. parecido. Correto?
9. James, sobre o risco de leakage (produtor em área de alto risco vendendo em área de baixo risco) que menciona, isso reforça a necessidade de ter rastreabilidade em todo o território. Qual sua opinião?
10. Bernardo e James, vocês já mediram a sensibilidade junto a produtores e parlamentares ligados à produção de vincular a CAR a NF?
11. Bernardo, porque segregação deve ser a única opção? Se está sendo avançada como financeiramente inviável, porque não adotar um clean sourcing como seria o caso da MS?
12. Bernardo, esse custo de USD 30 estaria quase que totalmente ligado à necessidade de segregação, correto?

### Apresentações Carne – Boi na Linha

1. Entendi que a rastreabilidade individual seria discutida amanhã. Porque na apresentação está enfatizado o individual, se o MAPA tem preconizado que individual será para fins sanitários?
2. GTA resolve o problema da rastreabilidade? Se sim, por que ainda discutimos o assunto?
3. Comentário: ouvimos do governo que um fundo público-privado não é possível juridicamente.
4. Gostaria que Marina detalhasse um pouco mais a proposta do fundo
5. Qual a visão do Imafloira quanto ao envolvimento e a velocidade na busca de soluções que o governo/mapa ataca o problema
6. Como garantir todos os elos compliance
7. Esse fluxo foi desenhado apenas para o boi ou pensando em aves e suínos também?
8. Seria mais fácil o governo dar acesso a informações que possibilitem aos privados integrarem os elos dados e monitorar ou devemos confiar na capacidade pública de fazer isso?
9. Se a proposta é adotar o individual para questões socioambientais, como ficaria a validação via CAR x GTA enquanto o individual não ganha escala?
10. Como seria o uso da GTA e dos sistemas já existentes?
11. Está sendo definido o escopo do uso dos recursos de incentivos captados? Assistência técnica, legal...?
12. Os pontos necessários para colocar o sistema ativo como obrigatório foram avaliados?( sistema, disponibilidade de insumos, logística dos insumos)
13. O que se entende por consulta das informações do sistema pelos elos da cadeia, principalmente do ponto de vista da transparência para sociedade civil?

### Apresentações Carne – GTFI e Agroicone

1. O risco sanitário do uso da GTA para fins socioambientais não parece real de acordo com a experiência do Selo Verde no PA. Existe outro motivo para essa resistência de uso da GTA?
2. Nesse caso a abordagem por lote é mais restritiva do que a individual, uma vez que, se determinada parcela do lote estiver associada ao desmatamento, todo o lote será comprometido



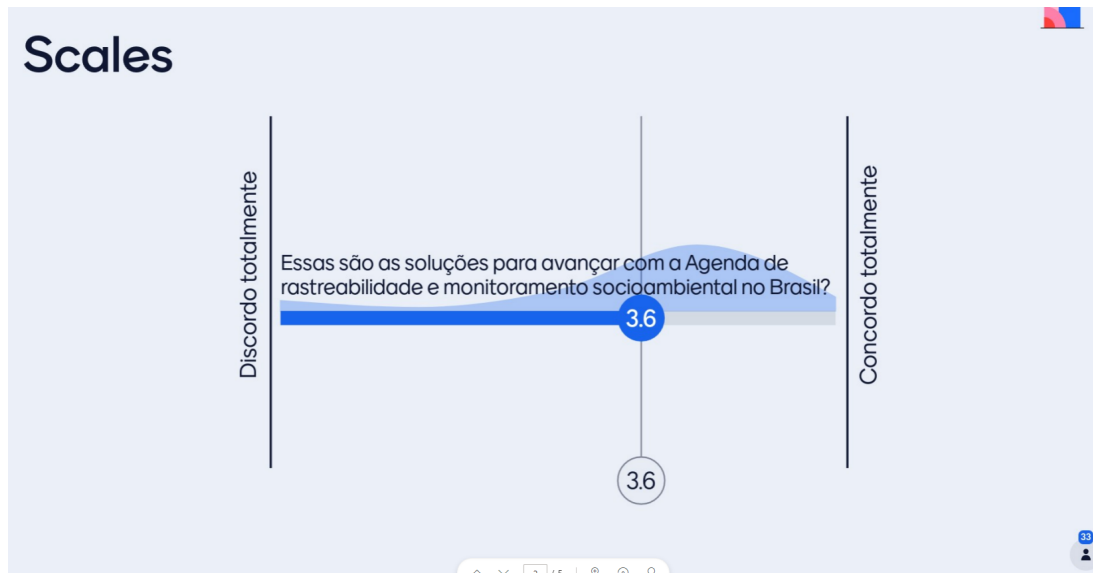
3. O mesmo sistema funcionaria com Nota Fiscal?
4. Rastreabilidade para todos os níveis de indiretos já existem em grande escala. Qual é o interesse em ter iniciativas que só olham até primeiro nível de indiretos se o ideal é full rastreabilidade?
5. Pedro, das ferramentas mapeadas pelo GTFI qual delas é realmente escalável, e que não incrementa custo adicional ao Produtor ou ao produto final?
6. Como foi o trabalho de convencimento dos indiretos na cadeia da pecuária? E a implantação de boas práticas na cadeia produtiva? Como foram mapeadas as ferramentas pro cenário de indiretos?
7. A análise dos indiretos vai quantos elos para trás na cadeia?
8. Como é a questão de visualização e compartilhamento de dados da cadeia produtiva para a pecuária?
9. Como está hoje em dia o acesso dos frigoríficos aos dados de CAR de seus fornecedores?
10. Existe diferença na gestão de risco de acordo com o nível do indireto?
11. Pedro, se GTA x CAR consegue cobrir indiretos de forma satisfatória, ao menos no curto prazo, por que não estimular o uso de ferramentas para tal e em nível nacional, em vez de focar no individual?
12. Para uma pessoa leiga, como a rastreabilidade apoia na questão sanitária?
13. De onde vem a principal resistência do uso do CAR na GTA, mapa ? Setor produtivo ? Ambos ?
14. O que falta e quanto falta para rastrear os indiretos de nível 2 e 3 por lote?
15. Como a cadeia da carne chegou na implementação do GTA? Somente questões sanitárias? Ou outras pautas alavancaram a adoção?
16. Qual o volume de fornecedores de pecuária diretos e indiretos que o GTFI cobre e se existe uma ideia da quantidade de animais que precisam de monitoramento
17. O CAR precisa constar na GTA. Isso abre acesso à informação, via CAR, sem necessidade de acessar a GTA (fechada). A não declaração da GTA não é um risco devido à mudança, uma vez que isso já acontece hoje
18. Quando se fala em utilização do CAR e cruzamento do CAR se fala de um CAR de alta qualidade e já verificado?!
19. Como a GTA não possui o animal individualizado. Na análise ok, fica perfeito. Porém em uma análise não conforme de uma das propriedades, todas estão fora já que não se sabe quem são os animais.
20. Gustavo, como pesquisador e economista, qual sua avaliação sobre os alegados impactos econômicos e de mercado do acesso das indústrias às informações de trânsito contidas na GTA ?
21. Gustavo, considerando a criatividade brasileira, não acha que modelos básicos de triangulação, não serão amplamente utilizados para 'passar' por esta solução?
22. Recomendação: para CAR na GTA é importante que o dado de entrada seja de qualidade (digitação correta, somente CAR Ativo/Pendentes, com atualização caso exista alteração do CAR).
23. O Visipec (CAR+GTA) chegou à conclusão de quantas fazendas o animal passa durante toda sua criação?
24. Gustavo, precisa estudar melhor como funciona a conta de padaria. Definir uma tolerância de contaminação por lote passa a ser uma ação ainda mais restritiva do que a rastreabilidade individual
25. Há alguma estratégia/recomendação para aumentar a aderência dos indiretos na adoção do GTA? O estudo chegou a identificar alternativas para aumentar o engajamento de indiretos?
26. Rastreabilidade individual em áreas de alto risco não seria possível manter o BAU (facilitando a segregação)?

## Apresentações Incentivos – Abiec, Imazon e Insper

1. Paulo, na estimativa de áreas próximas e distantes do mercado, você considerou o avanço das áreas de soja ocupando pastagens e deslocando a pecuária e, possivelmente, o mercado para outras fronteiras?
  - Pergunta 1: sim os requisitos diferenciados também podem levar a comportamento oportunista, é o caso clássico de vazamento.
2. Paulo, quando é avaliado o raio de compra, a estratégia inclui fornecedores indiretos?
  - Paulo Barreto: A estimativa de zona para melhoria de pastos não considerou a soja deslocando a pecuária. Mas a área de pasto próximo do mercado é muito maior do que o necessário. Ou seja, a área não aumentaria muito. A distância de compra é a máxima que as empresas viajam para comprar os bois. Mas sabemos que os indiretos estão nessas zonas também, pois mais de 90% de todo o pasto está nessas zonas.
3. Os incentivos para aumento da produtividade não foram suficientes até o momento. Sugestão... estudar quanto seria necessário de incentivo para rastreabilidade e quanto pode ser ganho de produtividade ao produtor
4. Camila, da mesma forma que para incentivos, ter requisitos de rastreabilidade diferentes entre territórios leva a essas ações oportunistas como vazamento do desmatamento entre territórios, correto?
5. Existe alguma iniciativa que leva a premiação pela identificação, rastreabilidade e compliance ambiental até a cria (origem do processo de monitoramento)

## Anexo 3 - Enquetes e respostas

### 1ª Enquete – Carne (soluções de monitoramento, rastreabilidade e transparência)



## 2ª Enquete – Carne (rastreadabilidade por lote)

Estes são os principais desafios identificados para rastreadabilidade em lote (CAR na GTA). Está faltando algum desafio importante para a discussão hoje?

1. Convencimento do poder público (MAPA, SFB, Ministério da Gestão e Inovação)
2. Adaptação dos sistemas de defesa (CAR na GTA)
3. Compatibilização entre sistemas estaduais (movimentação interestadual)
4. Resistência de produtores por risco de exclusão da cadeia

Respostas:

1. *Mecanismo de reinserção funcionando*
2. *Infelizmente estes não resolvem nossos problemas. Não é possível fazer rastreadabilidade por lote.*
3. *Regras mais claras de desbloqueio e plataformas de reinserção de produtores*
4. *Definição de punições àqueles que não cumprirem os prazo da rastreadabilidade socioambiental individual.*
5. *Modelo financiado com recursos recorrentes para programa de identificação individual e rastreadabilidade.*
6. *A integração dos sistemas entre os estados e a união*
7. *E a responsabilidade da indústria na compra de lote? Como casar os sistemas de rastreadabilidade?*
8. *Desafio importante: CAR +GTA resolve o problema?*
9. *Sensibilização do setor produtivo. Diferenciação de risco ambiental e sanitário, estratégia de implantação regionalizada considera que o nível de risco ambiental pode se descolar do risco sanitário.*
10. *Como lidar com as consequências do monitoramento de indiretos? O que será bloqueado e em que condições?*

## 2ª Enquete – Carne (rastreadabilidade individual)

Estes são os principais desafios identificados para a rastreadabilidade individual. Está faltando algum desafio importante para a discussão hoje?

1. Adaptação dos sistemas de defesa (Sisbov e GTA)
2. Resistência política
3. Resistência de produtores por risco de exclusão da cadeia
4. Falta de incentivos para rastreadabilidade
5. Custos de implementação
6. Prazos

Respostas:

1. *Estratégias de benefícios*
2. *Definição de punição àqueles que não cumprirem prazos para rastreadabilidade individual*
3. *Informação junto aos produtores*
4. *Transparência mínima para elos responsáveis da cadeia*
5. *Comunicação setorial na cadeia e nas cadeias (criadores e associações)*
6. *Questões jurídicas do que precisa ser modificado (lei de rastreadabilidade, INs etc.)*
7. *A deliberação de que a proposta não será para entender o mercado europeu. É sim, atendimento à legislação brasileira.*

8. *Como mudar o status quo na questão socioambiental uma vez que a proposta em discussão não atende a este critério e está unicamente focada em mercados?*
9. *Como chegar com a remuneração na cria*
10. *Definir período de transição entre rastreabilidade por lote e individual*
11. *Criar regulamentações obrigatórias com os prazos de adesão*
12. *Parceiras necessárias para rastreabilidade*
13. *Educação do produtor. mudar a cultura.*
14. *Definição da obrigatoriedade ou não da identificação*
15. *1. Sim 2. Sim e para rastreabilidade individual obrigatória precisa de normativa 3. Sim, para qualquer solução 4. Rastreabilidade precisa ser entendida como gestão de riscos da cadeia e gestão da propriedade*
16. *Informação capilar junto aos produtores*
17. *Falta de transparência entre os atores*
18. *Garantir sistemas de reinserção do produtor*
19. *Desenvolver sistema nacional que esteja alinhado à ferramentas estaduais que funcionam, bem como alinhar os indicadores aos requisitos da EUDR (sistema oficial do brasil para compliance)*